



Ministério da Educação
UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
DEP. DE MATERIAIS E PATRIMONIO - DV



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90004/2026

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

CONTRATANTE (UASG 153177)

NÚCLEO REGIONAL SUDOESTE - UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ (UTFPR)

OBJETO:

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE CHAVEIRO E SERVIÇOS CORRELATOS, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DO NÚCLEO SUDOESTE DA UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ, ABRANGENDO OS CAMPI DOIS VIZINHOS, FRANCISCO BELTRÃO E PATO BRANCO.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 88.172,60 (oitenta e oito mil cento e setenta e dois reais e sessenta centavos).

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 28/05/2025 às 09:00 (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

O critério de julgamento será o de **MENOR PREÇO**, sob o regime de execução de **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**, observados os requisitos mínimos de qualidade e as especificações contidas no Termo de Referência (Anexo I).

O julgamento será realizado por **LOTE**, de acordo com a tabela abaixo:

- **Lote 01:** Atendimento ao Campus Dois Vizinhos;
- **Lote 02:** Atendimento ao Campus Francisco Beltrão;
- **Lote 03:** Atendimento ao Campus Pato Branco.

A licitante poderá apresentar proposta para um ou mais lotes, sendo que o julgamento e a adjudicação serão feitos de forma independente para cada lote.

MODO DE DISPUTA:

Aberto.

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

Esta licitação é EXCLUSIVA para a participação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, nos termos do Art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006.

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90004/2026

(PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23064.018473/2026-61)

Torna-se público que a **Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Campus Pato Branco, UASG 153177**, com sede na Via do Conhecimento, Km 01, bairro Fraron, na cidade de Pato Branco, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob nº 75.101.873/0004-32, por meio do Departamento de Materiais e Patrimônio da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Campus Dois Vizinhos, sediado à Estrada para Boa Esperança, Km 04, Comunidade São Cristóvão, Zona Rural, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, sob o **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP)**, critério de julgamento **MENOR PREÇO POR LOTE**, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, do Decreto nº 11.462, de 2023, do Decreto nº 10.024, de 2019, e demais legislações aplicáveis, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é o **Registro de Preços** para a futura e eventual **contratação de serviços de chaveiro e serviços correlatos, destinados ao atendimento das demandas do núcleo sudoeste da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, abrangendo os campi Dois Vizinhos, Francisco Beltrão e Pato Branco**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em **03 (três) Lotes**, conforme tabela constante no Termo de Referência (Anexo I), facultando-se ao licitante a participação em quantos lotes forem de seu interesse, desde que apresente proposta para a totalidade dos itens que compõem o lote pretendido.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A presente licitação adotará o Sistema de Registro de Preços, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto nº 11.462/2023.

2.2. As regras específicas relativas ao funcionamento do Registro de Preços, às obrigações do órgão gerenciador e dos participantes, bem como as condições para eventuais adesões por órgãos não participantes ("caronas"), são aquelas estabelecidas na **Minuta de Ata de Registro de Preços (Anexo II deste Edital)**.

2.3. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de contratação em igualdade de condições.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste certame os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - **SICAF** e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.2. A participação é **EXCLUSIVA** a **microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais (MEI)**, nos termos do art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006.

- 3.3. O interessado deverá atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.
- 3.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome e assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances.
- 3.5. A obtenção do benefício de exclusividade fica limitada às entidades que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte (Art. 4º da Lei nº 14.133/2021).
- 3.6. **Não poderão disputar esta licitação:**
- 3.6.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seus anexos;
- 3.6.2. Sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;
- 3.6.3. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta (impedimento ou declaração de inidoneidade);
- 3.6.4. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, abrangendo inclusive cônjuges e parentes até o terceiro grau;
Empresas controladoras, controladas ou coligadas, concorrendo entre si;
- 3.6.5. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores, tenha sido condenada judicialmente por exploração de trabalho infantil ou análogo à escravidão;
- 3.6.6. Agente público do órgão ou entidade licitante.
- 3.7. O impedimento de que trata o item 3.6.3 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada.

4. **DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

- 4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço unitário e total por lote, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 8.1.1 e 8.13.1 deste Edital.
- 4.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- 4.4.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- 4.4.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 4.4.3. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

- 4.4.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 4.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 4.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#).
- 4.6.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
- 4.7. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:
- 4.7.1. De cujo capital participe outra pessoa jurídica;
- 4.7.2. Que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;
- 4.7.3. De cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- 4.7.4. Cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- 4.7.5. Cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- 4.7.6. Constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;
- 4.7.7. Que participe do capital de outra pessoa jurídica;
- 4.7.8. Que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;
- 4.7.9. Resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;
- 4.7.10. Constituída sob a forma de sociedade por ações.
- 4.7.11. Cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.
- 4.8. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4 ou 4.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.
- 4.9. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 4.10. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 4.11. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 4.12. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

- 4.12.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 4.12.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 4.13. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 4.13.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- 4.13.2. O valor final mínimo parametrizado na forma do item 3.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 4.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 4.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 5.1.1. **Valor unitário e total do lote:** devendo o valor global corresponder ao somatório dos preços unitários multiplicados pelas quantidades estimadas;
- 5.1.2. **Marca e Fabricante:** quando se tratar de fornecimento de materiais correlatos (ex: fechaduras, cadeados, molas);
- 5.1.3. **Quantidade:** devendo ser cotada a quantidade máxima prevista no Termo de Referência para cada item do Lote.
- 5.2. O licitante **NÃO** poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto.
- 5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais, **deslocamentos (frete e viagens)** e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 5.4. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos 12 (doze) meses.
- 5.5. A apresentação da proposta implica a obrigatoriedade de fornecer todos os materiais, ferramentas e utensílios necessários à perfeita execução dos serviços de chaveiro.
- 5.6. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.
- 5.7. Os licitantes devem respeitar os **preços máximos** estabelecidos no Termo de Referência, sob pena de desclassificação.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data e horário indicados no preâmbulo deste Edital.
- 6.2. O modo de disputa adotado será o **ABERTO**, conforme disposto no art. 31 do Decreto nº 11.462/2023.

- 6.3. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico.
- 6.4. Embora a adjudicação ocorra por **LOTE**, os lances deverão ser ofertados pelo **VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM** que compõe o respectivo lote.
- 6.5. O sistema calculará automaticamente o valor global do lote com base nos lances unitários ofertados.
- 6.6. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances será de **R\$ 1,00 (um real)**, incidindo sobre o valor unitário do item.
- 6.7. A etapa de lances terá duração inicial de **10 (dez) minutos** e será prorrogada automaticamente pelo sistema sempre que houver lance ofertado nos últimos **02 (dois) minutos** do período de duração da sessão pública.
- 6.8. A prorrogação automática será de **02 (dois) minutos** e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.9. Não havendo novos lances, a sessão encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará os licitantes conforme a ordem de classificação (menor somatório de preços unitários por lote).
- 6.10. No caso de desconexão do Pregoeiro/Agente de Contratação por tempo superior a **10 (dez) minutos**, a sessão será suspensa e reiniciada somente após 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato aos participantes no sistema.
- 6.11. **Da Negociação:**
- 6.11.1. Encerrada a etapa de lances, o Pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor condição, observado o critério de julgamento e o valor máximo fixado para a contratação.
- 6.12. **Do Desempate para ME/EPP e MEI:**
- 6.12.1. Sendo esta licitação exclusiva para ME/EPP/MEI, o empate ficto previsto na Lei Complementar nº 123/2006 será aplicado caso haja licitantes que, porventura, tenham perdido a condição de beneficiárias do tratamento favorecido no decorrer do exercício, ou em caso de participação de cooperativas equiparadas.
- 6.12.2. O intervalo para o exercício do direito de preferência será de **5% (cinco por cento)** superior ao melhor preço.
- 6.13. **Da Proposta Adequada:**
- 6.13.1. O licitante mais bem classificado deverá, no prazo de **02 (duas) horas** após a solicitação do Pregoeiro no sistema, encaminhar a proposta de preços atualizada, ajustada ao último lance ofertado.
- 6.13.2. A proposta deverá conter o detalhamento de todos os itens do lote, garantindo que nenhum valor unitário seja superior ao preço máximo fixado pela Administração no Termo de Referência.

7. **DA FASE DE JULGAMENTO**

- 7.1. Encerrada a etapa de lances e eventual negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, e no Item 3 (Da Participação) deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 7.1.1. SICAF (Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores);
- 7.1.2. CNEP (Cadastro Nacional de Empresas Punidas);
- 7.1.3. CEIS (Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas);
- 7.1.4. Cadastro de Improbidade Administrativa mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante (CNPJ) e também no CPF do sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3. Caso conste na consulta a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas, verificando vínculos societários ou linhas de fornecimento similares. O licitante será convocado para manifestação prévia a uma eventual desclassificação.

7.4. Verificadas as condições de participação, o Pregoeiro examinará a proposta quanto à adequação ao objeto e à **compatibilidade dos preços unitários e globais** em relação aos máximos estipulados para cada Lote no Termo de Referência.

7.5. **Será desclassificada a proposta que:**

7.5.1. Contiver vícios insanáveis;

7.5.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.5.3. Apresentar preços que permaneçam acima do preço máximo definido para a contratação;

7.5.4. Apresentar preços comprovadamente inexequíveis.

7.6. No caso de serviços comuns, como os de chaveiro, consideram-se **indício de inexecuibilidade** as propostas com valores inferiores a **50% (cinquenta por cento)** do valor orçado pela Administração.

7.7. A desclassificação por inexecuibilidade só ocorrerá após diligência que comprove que os custos do licitante são superiores ao valor da proposta e que inexistem custos de oportunidade que justifiquem a oferta.

7.8. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações (marcas e modelos de materiais), o Pregoeiro poderá solicitar o envio de catálogos ou fichas técnicas.

7.9. Uma vez aceita a proposta, o Pregoeiro iniciará a **Fase de Habilitação**.

8. **DA FASE DE HABILITAÇÃO**

8.1. **Disposições Gerais:**

8.2. Os documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto desta licitação serão exigidos nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2.1. A habilitação será verificada por meio do **SICAF**, nos documentos por ele abrangidos, sendo dever do licitante manter seus dados atualizados.

8.2.2. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF deverão ser enviados via sistema, em formato digital, no prazo de **02 (duas) horas**, podendo ser prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro no chat.

8.3. **Da Regularidade Fiscal e Trabalhista para ME/EPP:**

8.3.1. Conforme o art. 4º do Decreto nº 8.538/2015, a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura da Ata de Registro de Preços.

8.3.2. Havendo alguma restrição na regularidade fiscal ou trabalhista, será assegurado o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, contado do momento em que o licitante for declarado vencedor.

8.4. **Da Qualificação Técnica (Específica para o Objeto):** O licitante deverá apresentar, via sistema:

8.5. **Atestado de Capacidade Técnica** ou certidão emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a execução de serviços de chaveiro compatíveis em características com o objeto desta licitação, por período mínimo de 12 (doze) meses, caso a licitante não tenha prestado serviços anteriormente à Instituição.

8.6. Declaração de que o licitante possui os equipamentos, ferramentas e pessoal técnico necessário para o atendimento simultâneo ou sucessivo das demandas nos Campi vinculados ao lote

arrematado. Que permitirá, a critério da Administração, a realização de diligência para verificação das condições operacionais e que não realizará subcontratação dos serviços objeto da contratação.

8.7. **Das Declarações Obrigatórias:** Será verificado se o licitante apresentou, no sistema, as seguintes declarações sob pena de inabilitação:

8.7.1. Declaração de que atende aos requisitos de habilitação (Art. 63, I, Lei 14.133/21).

8.7.2. Declaração de cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência (PCD) ou reabilitado, conforme a lei.

8.7.3. Declaração de que a proposta compreende a integralidade dos custos trabalhistas, previdenciários e operacionais.

8.8. **Do Saneamento de Falhas:**

8.9. Na análise dos documentos, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada em ata.

8.10. Não será permitida a substituição ou apresentação de novos documentos, salvo para complementação de informações de fatos já existentes à época da abertura ou atualização de certidões vencidas após a data de abertura.

8.11. Caso o licitante não atenda às exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação.

9. DO TERMO DE CONTRATO (OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE)

9.1. Após a assinatura da Ata de Registro de Preços, as contratações dela decorrentes serão formalizadas, a critério da Administração, por meio de uma das seguintes opções:

9.1.1. **Nota de Empenho:** Para contratações de pronta entrega ou serviços imediatos e de baixa complexidade, a Nota de Empenho substituirá o Termo de Contrato, nos termos do **Art. 95 da Lei nº 14.133/2021**;

9.1.2. **Contrato de Serviço Estimativo:** Para contratações que exijam maior detalhamento obrigacional ou quando a Administração optar por formalizar o cronograma de atendimento anual de um Campus específico, mediante estimativa de demanda.

9.2. O adjudicatário terá o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar a Nota de Empenho, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

9.3. O "Aceite" da Nota de Empenho ou a assinatura do Contrato Estimativo implica o reconhecimento de que:

9.3.1. O instrumento vincula a contratada à sua proposta e às previsões contidas neste Edital e no Termo de Referência;

9.3.2. Aplicam-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133/2021;

9.3.3. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da citada Lei.

9.4. A Administração poderá disponibilizar o instrumento para assinatura ou aceite via sistema de processo eletrônico (SEI) ou outro meio eletrônico oficial, assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis para resposta.

9.5. Na assinatura do contrato ou aceite do empenho, será exigida a regularidade perante o **Cadin** e a manutenção das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital.

9.5.1. A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

9.6. Os prazos previstos neste item poderão ser prorrogados por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação justificada do licitante e aceitação pela Administração.

10.3. A Ata de Registro de Preços será assinada por meio de **assinatura digital** e disponibilizada no sistema. O preço registrado e os fornecedores serão divulgados no **Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)**.

10.4. Do Cadastro de Reserva:

10.4.1. Na hipótese de o convocado não assinar a Ata no prazo estabelecido, a Administração poderá convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo nas mesmas condições propostas pelo primeiro colocado.

10.5. Vigência e Prorrogação:

10.5.1. O prazo de vigência da ARP será de **01 (um) ano**, podendo ser prorrogado por igual período, desde que comprovada a vantagem dos preços registrados e permitida a renovação dos quantitativos originais.

10.6. A existência de preços registrados implica compromisso de fornecimento, mas não obriga a Administração a contratar, sendo facultada a realização de licitação específica para o objeto, desde que devidamente justificada.

11. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

11.1. Após a homologação da licitação, será incluído na Ata de Registro de Preços, na forma de anexo, o registro dos licitantes para formação do cadastro de reserva, na seguinte ordem:

11.1.1. Dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário (vencedor);

11.1.2. Dos licitantes que mantiverem sua proposta original, na ordem de classificação.

11.2. Para fins de convocação, os licitantes que aceitarem o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

11.3. A habilitação dos licitantes que compõem o cadastro de reserva somente será efetuada quando houver necessidade de contratação, nas seguintes hipóteses:

11.3.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata no prazo e condições estabelecidos;

11.3.2. Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou da própria ata, nos termos dos arts. 28 e 29 do Decreto nº 11.462/2023.

11.4. Caso nenhum dos licitantes que aceitaram o preço igual ao do vencedor concorde com a contratação, a Administração poderá:

11.4.1. Convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, visando obter preço melhor, mesmo que acima do valor do adjudicatário;

11.4.2. Adjudicar e firmar a contratação nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, caso a negociação resulte frustrada e o valor seja compatível com o mercado.

11.5. A apresentação de propostas para o cadastro de reserva não prejudica o resultado do certame em relação ao licitante vencedor e não gera direito subjetivo à contratação imediata.

12. DOS RECURSOS

12.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de

2021.

12.2. O prazo para apresentação de razões recursais e de contrarrazões será de **03 (três) dias úteis**.

12.3. Quando o recurso impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação/inabilitação:

12.3.1. A **intenção de recorrer** deverá ser manifestada **imediatamente** após a declaração do vencedor ou do ato de inabilitação, sob pena de preclusão;

12.3.2. O prazo para a manifestação da intenção de recorrer no chat do sistema será de o mínimo **10 (dez) minutos**;

12.3.3. Uma vez aceita a intenção, o prazo para apresentação das razões recursais iniciará na data de intimação ou lavratura da ata de habilitação/inabilitação.

12.4. Os recursos e contrarrazões deverão ser encaminhados **exclusivamente** em campo próprio do sistema eletrônico.

12.5. O recurso será dirigido à autoridade que proferiu a decisão, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de **03 (três) dias úteis**. Caso mantenha a decisão, encaminhará o recurso para a autoridade superior, que deverá decidir no prazo de **10 (dez) dias úteis**.

12.6. O recurso e o pedido de reconsideração terão **efeito suspensivo** do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.7. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

12.8. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.9. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados para consulta pública através do sistema **SEI-UTFPR**, conforme link do sítio eletrônico: https://sei.utfpr.edu.br/sei/modulos/pesquisa/md_pesq_processo_pesquisar.php?acao_externa=protocolo_pesquisar&acao_origem=protocolo_pesquisar&id_orgao_acesso_externo=0.

13. **DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

13.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou solicitada pelo Pregoeiro;

13.1.2. Não manter a proposta, salvo por fato superveniente justificado, inclusive quando: não enviar a proposta adequada ao último lance; recusar-se a enviar o detalhamento; pedir desclassificação após a etapa de lances ou deixar de apresentar amostra/catálogo quando exigido;

13.1.3. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

13.1.4. Recusar-se, sem justificativa, a assinar a Ata de Registro de Preços, o Contrato ou não aceitar a Nota de Empenho no prazo estabelecido;

13.1.5. Apresentar declaração ou documentação falsa;

13.1.6. Fraudar a licitação ou comportar-se de modo inidôneo (conluio, indução ao erro ou prática de atos ilícitos);

13.1.7. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

13.2. Com fulcro na Lei nº 14.133/2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar as seguintes sanções:

13.2.1. **Advertência:** por faltas leves que não prejudiquem a execução do objeto;

13.2.2. **Multa:** de **0,5% a 30%** incidente sobre o valor do contrato/empenho;

13.2.3. **Impedimento de licitar e contratar:** por até **03 (três) anos** (aplicável às infrações dos itens 13.1.1 a 13.1.3);

13.2.4. **Declaração de inidoneidade:** de **03 (três) a 06 (seis) anos** (aplicável às infrações dos itens 13.1.5 a 13.1.7).

13.3. **Dos Percentuais de Multa:**

13.3.1. Para infrações de entrega de documentação e manutenção de proposta (14.1.1 e 14.1.2), a multa será de **0,5% a 15%**.

13.3.2. Para infrações graves (fraude, falsidade e atos ilícitos), a multa será de **15% a 30%**.

13.4. Na aplicação das sanções, serão consideradas a gravidade da infração, as peculiaridades do caso concreto, os danos causados e a existência de programas de integridade do licitante.

13.5. **Dos Prazos e Recursos:**

13.5.1. O prazo para defesa prévia (multa/advertência/impedimento) é de **15 (quinze) dias úteis**.

13.5.2. Caberá recurso no prazo de **15 (quinze) dias úteis** da decisão que aplicar sanção de advertência, multa ou impedimento.

13.5.3. Para a sanção de Inidoneidade, caberá pedido de reconsideração no prazo de **15 (quinze) dias úteis**.

13.6. A recusa injustificada em assinar a Ata de Registro de Preços caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando o adjudicatário às penalidades e à perda da garantia de proposta (se houver), conforme art. 45 da IN SEGES/ME nº 73/2022.

13.7. A aplicação das sanções não exclui a obrigação de reparação integral dos danos causados à UTFPR.

14. **DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

14.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade ou para solicitar esclarecimentos sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até **03 (três) dias úteis** antes da data de abertura do certame.

14.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento deverão ser realizados por forma eletrônica, através do e-mail: **dicom-dv@utfpr.edu.br**.

14.3. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada no sítio eletrônico oficial no prazo de até **03 (três) dias úteis**, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

14.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos **não suspendem os prazos** previstos no certame, salvo em situações excepcionais.

14.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Agente de Contratação/Pregoeiro nos autos do processo.

14.5. Acolhida a impugnação contra este Edital, que implique alteração que afete a formulação das propostas, será definida e publicada **nova data** para a realização do certame, com a reabertura dos prazos legais.

14.6. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados passarão a integrar este Edital para todos os fins, vinculando a Administração e os licitantes.

15. **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

15.1. Será divulgada a ata da sessão pública no sistema eletrônico imediatamente após o seu encerramento.

15.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, salvo comunicação em contrário do Pregoeiro no sistema.

15.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o **horário de Brasília - DF**.

15.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito subjetivo à contratação, mas apenas expectativa de direito, conforme as necessidades da UTFPR.

- 15.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 15.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas, não sendo a Administração responsável por esses ônus em qualquer hipótese.
- 15.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 15.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato e o saneamento da falha, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 15.9. Em caso de divergência entre as disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças do processo, prevalecerão as regras deste **Edital**.
- 15.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no **Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)**.
- 15.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 15.11.1. **ANEXO I** - Termo de Referência;
- 15.11.2. **APÊNDICE I do ANEXO I** – Estudo Técnico Preliminar (ETP);
- 15.11.3. **ANEXO II** – Minuta da Ata de Registro de Preços;
- 15.11.4. **ANEXO III** - Modelo de Proposta de Preços.

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União

Edital modelo – Lei nº 14.133, de 2021.

Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação.

Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação

Atualizado: NOV/2024



Documento assinado eletronicamente por (Document electronically signed by) **CELIANA THOME PADILHA, PREGOEIRO(A)**, em (at) 13/05/2026, às 11:40, conforme horário oficial de Brasília (according to official Brasília-Brazil time), com fundamento no (with legal based on) art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site (The authenticity of this document can be checked on the website) https://sei.utfpr.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador (informing the verification code) **5702912** e o código CRC (and the CRC code) **2B8D111E**.